



---

## Movimentos privados e suas ações no Sudeste: um debate sobre redes de influência e a Base Nacional Comum Curricular

### Private movements and their actions in the Southeast: a debate on networks of influence and the National Curricular Common Base

### Los movimientos privados y sus acciones en el Sudeste: un debate sobre las redes de influencia y la Base Común Curricular Nacional

Andresa Cóstola <sup>1</sup>



<https://orcid.org/0000-0001-8903-4204>

Raquel Fontes Borghi <sup>2</sup>



<https://orcid.org/0000-0003-1486-7396>

**Resumo:** Este texto é um recorte de pesquisa de mestrado realizada na Universidade Estadual Paulista (UNESP), nos anos de 2019 à 2021, onde aqui nos propomos a debater sobre a rede de influência de atores do movimento empresarial que tem se fortalecido nos últimos anos, mais especificamente, tratando dos atores que compõe o Movimento pela Base. O objetivo deste artigo é apresentar os programas oferecidos às redes públicas estaduais de educação do sudeste com objetivos voltados à política da Base e que tenham algum tipo de interferência, apoio ou financiamento dos atores privados que fazem parte do Movimento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa qualitativa, foram buscas direcionadas nos sites das secretarias estaduais de educação do sudeste, entre os anos de 2013 à 2019. Os resultados indicam uma predileção dos atores privados em atuar na capacitação de professores, numa era chamada por Ball e Olmedo (2013) de era dos filantropistas, que constroem seus investimentos e ofertam consultorias e programas em busca de lucros potenciais.

**Palavras-chave:** Movimento Pela Base. Currículo. Filantropismo.

**Abstract:** This text is an excerpt of a master's research carried out at the Universidade Estadual Paulista (UNESP), in the years 2019 to 2021. We propose here to discuss the network of influence of actors in the business movement that has strengthened in recent years, more specifically, dealing with the actors that make up the Movement for the Base. The objective of this article is to present the programs offered to state public education networks in the Southeast with objectives aimed at the Base policy and that have some type of

---

<sup>1</sup>Mestre em Educação. Doutoranda no Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro – SP. E-mail: [andresa.costola@unesp.br](mailto:andresa.costola@unesp.br).

<sup>2</sup>Doutora em Educação. Profa. no Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro – SP. E-mail: [raquel.borghi@unesp.br](mailto:raquel.borghi@unesp.br).

Texto produzido com base na pesquisa de mestrado realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

interference, support or funding from the private actors that are part of the Movement. The procedures used in this qualitative research were targeted searches on the websites of the southeastern state education secretariats, between the years 2013 to 2019. The results indicate a predilection of private actors to act in teacher training, in an era called by Ball and Olmedo (2013) from the era of philanthrocapitalists, who build their investments and offer consultancy and programs in search of potential profits.

**Keywords:** Movement For The Base. Curriculum. Philanthrocapitalism.

**Resumen:** Este texto es un extracto de una investigación de maestría realizada en la Universidad Estadual Paulista (UNESP), en los años 2019 a 2021, en que nos proponemos aquí discutir la red de influencia de los actores en el movimiento empresarial que se ha fortalecido en los últimos años, más específicamente, se trata de los actores que integran el Movimiento por la Base. El objetivo de este artículo es presentar los programas que se ofrecen a las redes estatales de educación pública del sureste con objetivos volteados a la política de Base y que cuentan con algún tipo de interferencia, apoyo o financiamiento de los actores privados que integran el Movimiento. Los procedimientos utilizados en esta investigación cualitativa fueron búsquedas dirigidas en los sitios web de las secretarías estatales de educación del sureste, entre los años 2013 y 2019. Los resultados indican una predilección de los actores privados por actuar en la formación docente, en una época denominada por Ball y Olmedo (2013) de la era de los filantrocapitalistas, que construyen sus inversiones y ofrecen consultorías y programas en busca de ganancias potenciales.

**Palabras-clave:** Movimiento Por La Base. Currículum. Capitalismo Filantrópico.

## Introdução

Numa tentativa desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente de capital, uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e relaxadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado (HARVEY, 2011, p. 32).

No Brasil, principalmente pós década de 1990, vimos ocorrer uma ampla privatização de empresas estatais, nas quais muitos serviços públicos foram alvo da financeirização; e hoje testemunhamos um interesse crescente na área da educação. Esse interesse pode ser visto em diversas pesquisas que apontam como a educação pública brasileira tem sofrido fortes avanços no processo de privatização (ADRIÃO, PERONI, 2009; BORGHI, 2018; CÓSTOLA, BORGHI, 2018; PERONI, CAETANO; ARELARO, 2019; HYPOLITO, 2019). Esta que se materializa nas dimensões da gestão educacional, na oferta educativa e no currículo escolar, sendo disputadas pelo mercado educativo voltado, por exemplo, à formação de professores, ao oferecimento de consultorias às escolas, às indústrias de livros didáticos/apostilas e portais e insumos digitais e, ainda, no oferecimento de gestão privada às escolas públicas. Esse cenário realça a força do movimento empresarial que tem atuado “em rede na definição da pauta, conteúdo e possibilidade de se tornar mais uma vez cliente do Estado na oferta de soluções educacionais” (BERNARDI, UCZAK, ROSSI, 2018, p. 47).

Essa concepção da atuação do movimento empresarial em rede está pautada em Ball (2014), na qual o autor afirma que o setor privado tem operado numa rede de relações sociais com lógica própria, isto é, de acordo com seus projetos de classe, construída nas relações humanas, nas

formações econômicas, históricas e culturais, e que influenciam diretamente na produção de políticas educacionais hoje.

Sugiro que as políticas movam-se pelas redes de relações sociais ou de agenciamentos e sejam adaptadas por elas, envolvendo participantes diversos, com uma variedade de interesses, de compromissos, de finalidades e de influências, os quais são unidos por subscrição de um conjunto discursivo, que circula dentro dessa rede de relações e é legitimado por ela (BALL, 2014, p. 36).

Ball (2014) nos apresenta a concepção de “transferência de políticas” geradas pelo fluxo global de ideias sobre políticas, onde estas são desenvolvidas, promulgadas e avaliadas em redes, tanto globais como locais. Esse modo, segundo o autor, é o modo pelo qual o conhecimento e os princípios de políticas têm circulado globalmente. Naturalmente, existem resistências e especificidades locais que contrapõem ideias hegemônicas, de forma que essas “transferências de políticas” não ocorrem passivamente nos territórios, sem que haja disputas pela produção de políticas educacionais. Entretanto, o processo que o autor também nomeia de “importação de políticas inovadoras”, vai ganhando força ao ser apresentado pelos movimentos empresariais como as soluções mágicas para os problemas educacionais, como foi o caso das discussões feitas pelo Movimento pela Base (MBNC) acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este Movimento levantou o debate sobre o currículo padronizado no Brasil, pautando-se em diferentes países que já passaram por um processo de reforma curricular (COSTOLA; BORGHI, 2018), mostrando justamente essa inter-relação das redes políticas globais.

O Movimento pela Base é a rede que investigamos durante pesquisa realizada com a dissertação de mestrado nos anos de 2019 a 2021, no âmbito do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Fontes Borghi, do qual este artigo resulta num fragmento da pesquisa e dos resultados alcançados. Deste modo, aqui objetivamos apresentar os programas que têm algum tipo de interferência, apoio ou financiamento dos atores privados que fazem parte do Movimento, e que sejam oferecidos às redes públicas estaduais de educação do sudeste com objetivos voltados à política da Base, debatendo com isso, sobre redes de influência na formulação das políticas educacionais e sobre o avanço da privatização que toma diversas formas a partir da atuação destes atores.

Para tanto, este texto está organizado em quatro partes, a primeira se refere a esta introdução; a segunda apresenta debate sobre redes de relações e o Movimento pela Base; a terceira apresenta o percurso metodológico empregado para a realização da coleta dos dados e seus resultados; e a quarta e última parte, encaminha para as considerações finais.

## **Redes de relações e filantropocapitalismo: interesses comuns e novas parcerias**

O Movimento pela Base foi constituído em abril de 2013 através de um seminário organizado pela Fundação Lemann, intitulado “Liderando Reformas Educacionais: Empoderando o Brasil para o Século 21”, realizado na Yale University, em New Haven – EUA, que contou com a participação de diversas entidades e personalidades norte americanas que abordaram a construção de uma base curricular no Brasil (CÓSTOLA, 2018). Nessa ocasião, inicia-se o que desencadearia em uma sucessão de palestras e encontros que consolidaram a atuação do Movimento sob esse debate educacional, no qual, segundo este, buscava-se promover um debate sobre a criação de uma base para “a equidade educacional e o alinhamento de elementos do sistema brasileiro”, que influenciasse na aprendizagem de todos os estudantes, na formação de todos os docentes, nos recursos didáticos utilizados em sala, bem como nas avaliações externas, que classificam a qualidade da educação brasileira (MOVIMENTO PELA BASE, s.d., s.p.).

Se declarando uma “rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que desde 2013 se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio”, com a missão de “trabalhar em parceria para garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e jovens brasileiros” (MOVIMENTO PELA BASE, s.d., s.p.), o Movimento possui, em sua maioria, pessoas e instituições que representam o Itaú BBA, Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho, Todos pela Educação e Instituto Ayrton Senna (CÓSTOLA, BORGHI, 2018; CÓSTOLA, 2021).

Diversas pesquisas (AVELAR, BALL, 2017; CÓSTOLA, 2018; BERNARDI, UCZAK, ROSSI, 2018; PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019; CAETANO, 2020; CÓSTOLA, 2021) apontam uma forte mobilização do Movimento em recrutar pessoas ligadas ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao próprio Ministério da Educação (MEC), bem como outros centros de decisão, criando relacionamentos com formuladores de políticas relevantes, sendo chamada por Avelar e Ball (2017) de “tática deliberada e planejada”, que ganhou ainda mais força com o golpe institucional de 2016 sob a Presidente eleita Dilma Rousseff.

Dito isto, precisamos entender o Movimento pela Base não como sujeitos isolados, mas como uma aliança, se encaixando no que Apple (2003) chama de “*bloco de poder*”, onde estes atores estão unidos como nós interligados que agem a partir de suas lógicas de rede, em outras palavras, operam segundo seus projetos de classe, que perpassam a sociedade civil e o Estado. Esses projetos são construídos tanto nas relações humanas, quanto nas formações econômicas, históricas e culturais, com percepções e articulações de interesses pautados em tradições e valores, conscientes de seus interesses comuns (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019). Esses nós interligados “facilitam novas parcerias, projetos e agendas de investimento, possibilitam conexões sociais, políticas e

econômicas globais” (CÓSTOLA, 2021, p. 74). São, segundo Ball e Olmedo (2013), os locais e domínios para a lógica neoliberal, criando meios de oportunizar lucros através das relações e interações.

Tais redes são muito mais uma comunidade social dentro de uma determinada concepção política. Misturam laços duradouros e fugazes, permeados por colaborações esporádicas e interdependências intrincadas que ligam projetos locais a relações internacionais para fornecer conhecimento, reputação e legitimidade (CÓSSIO, SCHERER, 2018, p. 141).

Essas comunidades sociais, unidas por determinada concepção política, devem ser entendidas articuladas à ideia de informação e sendo um movimento dialético de oposição, confrontos e alianças, que atravessa toda a estrutura social, “embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 2011, p. 565). Através das redes é possibilitado, segundo Ball (2014), dar novas vozes aos discursos de política, vozes essas que podem modificar as relações de poder, “Ao examinar redes estamos olhando para as instituições das relações de poder” (idem, p.30), isto é, estamos olhando para o que ele chama de *governança de rede*, que deslocam as hierarquias, podendo implicar na perda de poder do Estado. As redes políticas são, portanto, novas formas de governança, que colocam em jogo novas fontes de autoridade, nublando as fronteiras entre Estado, economia e sociedade civil.

Na atualidade, com a comunicação mundial possibilitada pelo avanço das tecnologias, novas redes e comunidades estão construindo discursos e ganhando legitimidade, “envolvendo governos nacionais e organizações intergovernamentais, gerando um fluxo global de influência sobre políticas, no seu desenvolvimento, promulgação e avaliação” (CÓSTOLA, 2021, p. 74), é o que presenciamos com o caso da BNCC no Brasil, no qual através da influência direta do Movimento, apresentam-se especialistas ligados à reformas educacionais em outros países (Comum Core americano – Estados Unidos da América, The Curriculum Foundation – Inglaterra, Accara – Austrália), para dar consultorias e discutir a reforma educacional no Brasil em seminários organizados pelo próprio Movimento (CÓSTOLA, 2018). “Os consultores e as empresas educacionais estão entregando “desenvolvimento” e política de ajuda (por um lucro potencial), desenvolvendo infraestruturas políticas locais e incorporando discursos de políticas ocidentais predominantes” (BALL, 2014, p. 38).

Essa atuação acontece na chamada por Ball e Olmedo (2013) de era dos filantropos e/ou filantropistas, onde vemos uma nova direção na maneira como os “doadores” organizam seus investimentos filantrópicos. Quando falamos em filantropia, nos referimos:

[...] a pequenas doações individuais feitas para o bem de outrem, ou à transferência de bilhões de dólares de magnatas para suas fundações familiares ou organizações

parceiras. Independentemente do extremo em que se encontrar, a filantropia tende a se caracterizar como a doação de algo privado – dinheiro, tempo, contatos – para o bem público (SILVA, OLIVEN, 2020, p. 2).

Atualmente estamos passando pela construção de uma “nova” filantropia, ou filantropia 3.0, que cria uma relação direta entre caridade e “resultados” e toma para si a responsabilidade na execução das políticas sociais, levantando questões sobre a participação democrática e a responsabilização dos governos e instituições públicas na prestação de serviços sociais. “A filantropia aparece como uma resposta ao que consideram a ineficácia da ação estatal e constitui a forma escolhida por esses atores para tratar da pobreza e da governança de populações” (SILVA, OLIVEN, 2020, p. 3).

A Filantropia 3.0 faz parte de uma nova configuração e lógica de ações de ajuda e desenvolvimento e de um novo conjunto de relações ligadas a problemas de desenvolvimento e aos grandes desafios. Chamamos essa lógica e relações de ‘filantropia de rede’. Ao usar esse termo, estamos sugerindo que, para entender o trabalho das ‘novas’ organizações filantrópicas e seus ‘parceiros’, precisamos considerá-los não sob uma perspectiva individual, como atores isolados, mas sim como nós interconectados (BALL, OLMEDO, 2013, p. 40).

Visto como um gesto de responsabilidade social, otimizado e estratégico, a filantropia é vendida pelos empresários como um investimento social, quando na realidade está imbuída de interesses como isenções fiscais, publicidade e etc. (SILVA, OLIVEN, 2020). Nessa nova era, doar se transforma em uma série de “compras” (idem), a filantropia, como colocam Ball e Junemann (2012), passa a ser o “cavalo de Troia” que abre as portas políticas para novos atores. Nesses investimentos, os novos atores projetam suas crenças, valores e visões de mundo na esfera pública, mobilizando seu capital e operando com pouca ou nenhuma responsabilização, ao contrário dos órgãos públicos e das empresas privadas que precisam prestar contas sobre suas atuações (BALL, OLMEDO, 2013).

Os filantropicistas acreditam que o Estado e sua burocracia não conseguem promover de forma eficaz uma ação distributiva e que isso deve ser feito por fundações pensadas pelos ricos e praticado sob forma capitalista, já que o mercado funciona melhor que o Estado [...] A filantropia incorpora o paradoxo de querer equacionar problemas sociais causados muitas vezes por seus próprios doadores. Não são poucas as referências que demonstram que magnatas têm práticas de exploração e corrupção em suas empresas de um lado, e uma fundação filantrópica para servir à comunidade de outro (SILVA, OLIVEN, 2020, p. 27-28).

Como exemplo dessas ações dos empresários que buscam novos investimentos para expansão de seu capital, temos como alvo da atualidade os investimentos na área da educação, como foi o caso da reforma educacional dos Estados Unidos (Comum Core americano), que teve como principal influenciadora a Fundação Gates que atuou com incidência direta sobre os debates e processos para homologação e aplicação da política (BALL, 2014; BALL, OLMEDO, 2013). Da mesma

forma ocorre anos depois no Brasil, com a incisiva influência da Fundação Lemann na formulação da política da Base, através do Movimento pela Base (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019). Vemos que “[A ação filantrópica, seus atores] modificam significados, mobilizam ativos, geram novas tecnologias de políticas e fazem pressão ou até mesmo decidem sobre a direção da política em contextos específicos” (BALL, OLMEDO, 2013, p. 40).

Diane Ravitch (2011) em suas pesquisas sobre a reforma educacional estadunidense, investiga o envolvimento de empresários nos debates e definições das políticas educacionais, no qual a autora nomeia esses atores filantropocapitalistas como “*reformadores empresariais*”, que se apoiaram em ideias como avaliações externas e em larga escala, padronização curricular, na interferência direta da formação de professores e, principalmente, na gestão educacional. No Brasil, Freitas (2012) analisa os empresários que se posicionam a favor das avaliações em larga escala, da padronização e das diversas formas de privatização e intervenção do setor privado na educação pública, e aponta que estes agem com as mesmas premissas dos reformadores empresariais norte-americanos. Eles se posicionam como *juntos* em prol da melhoria da qualidade da educação brasileira, como se nenhum outro grupo estivesse de fato trabalhando para a melhoria da qualidade do processo educativo no país, “É fundamental nos contrapormos à hipocrisia que prega ser possível estarmos ‘todos juntos pela educação’, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas” (FREITAS, 2012, p. 387).

Essas relações, alianças, redes e/ou nós criam meios de oportunizar lucros através de suas relações e interações, unidos por determinada concepção política, possuem uma relação dialética entre si, onde há confrontos e consonâncias, que atravessam e se expandem, penetrando toda a estrutura social (CASTELLS, 2011). Logo, a formação do Movimento pela Base ocorre apenas como mecanismo de articulação e fortalecimento, configurando-se em uma forma mais eficaz de materializar suas demandas, como a mobilização que deu início ao debate e, posteriormente, a homologação da política da Base. Esses atores, unidos como um “bloco de poder”, agem sob uma perspectiva que incide e se incorpora cada vez mais à política estatal. Nesse sentido, o cenário de influência articulado por esses é expresso pela evidente relação com o Estado, como demonstram diversas pesquisas (AVELAR, BALL, 2017; CÓSTOLA, BORGHI, 2018; CÓSTOLA, 2021; PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019). E o “papel cada vez maior das empresas, dos empreendimentos sociais e da filantropia na prestação de serviços de educação e de políticas educacionais, e o surgimento de novas formas de governança em rede” (BALL, 2014, p. 23) causam mudanças nas políticas educacionais, nas reformas educacionais, na democracia e na significação e prática da educação, ocasionando o início do fim da educação pública em sua forma de “bem-estar”, como direito adquirido de todo cidadão (*idem*).

É necessário apontar, ainda, que este não é um cenário inaugural no campo das políticas educacionais. Segundo Bauer (2008), nas últimas décadas presenciamos o fortalecimento do setor privado pelo afrouxamento das fronteiras entre o público e o privado, com o intuito de “resolver” a tensão exercida pela falta de recursos dos Estados e a oferta de serviços à sociedade, principalmente com relação aos direitos sociais, gerando o que tem sido chamado de “quase-mercado”. Este que é “uma forma bastante específica de combinar a regulação do Estado e a lógica de mercado na oferta e gerenciamento de serviços públicos, não havendo contraposição entre as duas lógicas (de público e privado)” (BAUER, 2008, p. 565).

No âmbito educacional, esse processo gerou no Brasil um aumento de controle estatal sobre os serviços oferecidos às escolas públicas que envolvem os padrões de gestão, relacionados à avaliação e a padronização de objetivos e currículos, além de usar como ferramenta mecanismos de bonificação e *rankings* para incitar a busca por resultados. Nesse contexto, segundo Perboni, Militão e Di Giorgi (2019, p. 06) “emergem políticas regulatórias e de caráter centralizador que ampliam mecanismos de controle a partir de uma lógica “importada” do setor privado que incidem sobre as políticas sociais ofertadas pelo Estado, ou ainda, diretamente pelo setor privado”; precisamente o que verificamos com a política padronizadora da Base.

A seguir, apresentaremos os dados encontrados durante a coleta realizada nos sites das secretarias estaduais de educação do sudeste, abordando os programas que possuem relação em seus objetivos com a política da Base.

### **BNCC em foco: o que resultou do mapeamento**

Nessa pesquisa nos debruçamos sobre a análise dos dados oriundos da dimensão do currículo, partindo dos critérios de caracterização definidos e utilizados no mapeamento do GREPPE, que define também, quais são as formas de privatização que ocorrem dentro de cada dimensão.

a) Currículo: produção/distribuição e adoção de material didático; propostas de capacitação de professores; sistemas privados de ensino; inserção nos projetos pedagógicos; atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório, insumos curriculares de toda natureza incluindo digital. b) Gestão: desenvolvimento de softwares /sistemas de gestão; capacitação de gestores; avaliação de professores e gestores; pactos/ compromissos definição de prioridades educativas; transferência gestão/ unidades para organizações privadas; c) Oferta: oferecimento de vagas; equipamentos; infraestrutura; cursos de línguas ou similares; bolsas de estudo; convênios e contratos para oferta de vagas (ADRIÃO, et al., 2018, s.p.).

Inicialmente, foram realizadas buscas sistematizadas nos sites das secretarias estaduais de educação do sudeste – Espírito Santo<sup>3</sup>; São Paulo<sup>4</sup>; Minas Gerais<sup>5</sup> e Rio de Janeiro<sup>6</sup> – com o uso dos

---

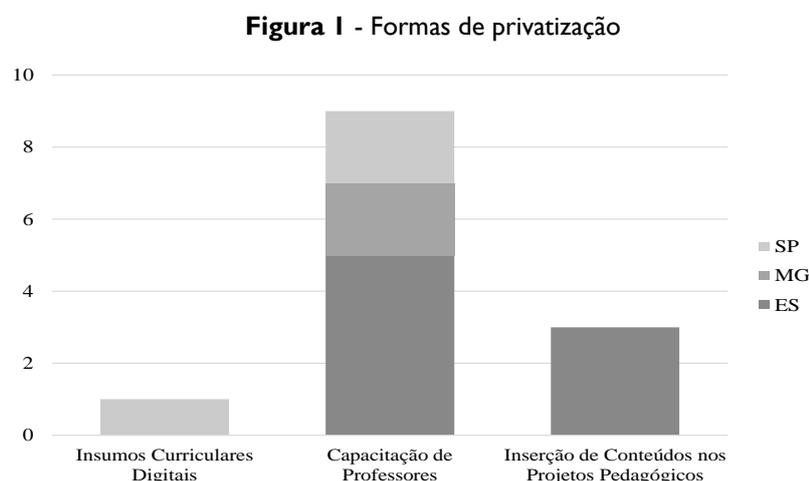
<sup>3</sup> <https://sedu.es.gov.br/>

Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-19, e-20364.040, 2022.  
Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>

descritores sendo os nomes entre aspas, dos atores do Movimento pela Base, autodeclarados em sua plataforma oficial em março de 2019 (Abave, CEIPE/FGV, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Consed, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundación SM, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Singularidades, Todos Pela Educação e Undime). A escolha em analisar a região sudeste se deu por esta apresentar a maior concentração de programas privatizadores do currículo identificados no mapeamento do GREPPE quando comparada às outras regiões do Brasil (ADRIÃO, *et al.*, 2018). O período de análise escolhido, 2013 a 2019, se deu pelo ano de criação do Movimento, até o ano anterior à defesa da dissertação de mestrado.

Após o mapeamento e seleção dos dados que faziam menção aos atores privados do Movimento, dentro do período proposto, obtivemos 106 programas relevantes à privatização da dimensão curricular, com algum tipo de envolvimento desse segmento do setor privado nas redes de ensino público estadual do Sudeste, dos quais apresentaremos apenas os programas que fazem menção à Base Nacional Comum Curricular em seus objetivos, totalizando 9 programas<sup>7</sup>.

As figuras abaixo sintetizam as informações levantadas pelo mapeamento, que identificou o estado do Espírito Santo como o mais incidente em programas curriculares com objetivos voltados para a Base, totalizando 5 programas; seguido por Minas Gerais e São Paulo com 2 programas cada; o estado do Rio de Janeiro não apresentou nenhum programa no qual seu objetivo seja diretamente atuar com relação à Base, portanto, este estado não aparece nas figuras.



**Fonte:** Adaptado de Cóstola, 2021.

<sup>4</sup> <https://www.educacao.sp.gov.br/>

<sup>5</sup> <http://www2.educacao.mg.gov.br/>

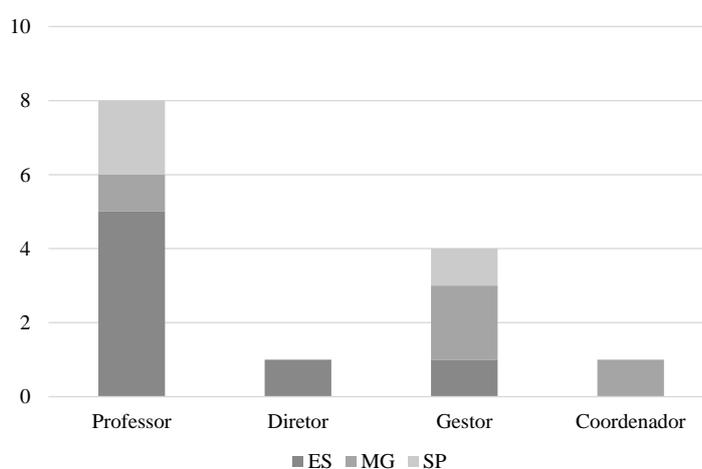
<sup>6</sup> <http://www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=EDUCA%c3%87%c3%83O>

<sup>7</sup> Para mais informações sobre os resultados do mapeamento vide Cóstola, 2021.

Desses programas todos são relativos à dimensão curricular. No que diz respeito às formas de privatização destes, eles estão em maior parte voltados para a formação continuada e/ou capacitação de professores, que aparece no Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo; seguidos da inserção de conteúdos nos projetos pedagógicos, apenas no Espírito Santo; e aos insumos curriculares digitais, apenas em São Paulo (figura 1). Essa concentração de ação no oferecimento de cursos de capacitação/formação continuada da categoria docente, levanta a hipótese de que pode haver um forte interesse do setor empresarial nesse campo, já que várias políticas estaduais são voltadas para a formação de professores tendo grande incentivo financeiro.

Quando nos referimos às “formas de privatização”, estamos abordando as diversas atividades que compreendem a dimensão de privatização do currículo, no caso do mapeamento realizado foram encontradas apenas as três formas que vemos na figura acima. Cada uma dessas formas envolve uma atividade, como exemplo, a forma de privatização através da “Inserção de conteúdos nos projetos pedagógicos” se refere aos programas voltados à criação de projetos e introdução de conteúdos nos planos pedagógicos, podendo-se usar de premiação aos estudantes ou ao corpo docente como forma de ‘incentivo’; a forma referente à “Capacitação de professores” são os programas voltados aos cursos oferecidos para capacitação e/ou formação continuada da categoria docente; e, por último, a forma encontrada no mapeamento relativa aos “Insumos curriculares digitais” se refere aos programas voltados para a distribuição de plataformas/ferramentas online para professores, estudantes e/ou gestores, com o intuito de incluir o uso de tecnologias em sala. Essas foram as formas identificadas no mapeamento aqui realizado, entretanto, outras formas de privatização dentro da dimensão dos currículos podem ocorrer, a privatização curricular não se limita a essas três.

**Figura 2 - Público-alvo**

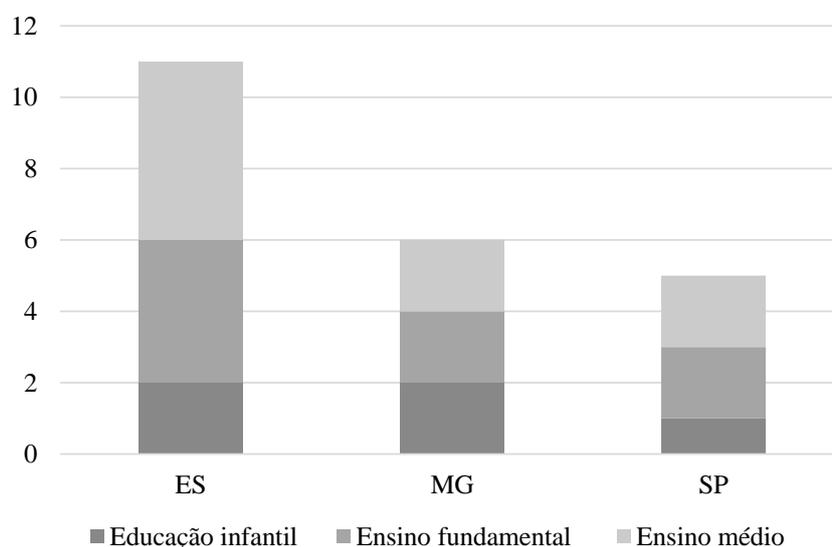


**Fonte:** Adaptado de Cóstola, 2021.

O público-alvo prevaemente são os professores, seguido pelos gestores e, em menor número, os diretores e coordenadores pedagógicos (figura 2). É importante considerar que o mesmo programa pode envolver mais de um público-alvo, forma de privatização e/ou etapa da escolarização; e todos os mencionados nos sites dos programas foram considerados nos dados apresentados, excedendo, com isso, a quantidade de programas encontrados (9 programas). Desse modo, a soma do público-alvo, por exemplo, dá um total de 14, pois alguns programas focam em mais de um público, como professores e gestores ao mesmo tempo.

A etapa da escolaridade varia entre programas que buscam atingir o ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, com diversos programas que se repetem em mais de uma etapa ao mesmo tempo. Estes agem em toda a educação básica muito provavelmente pela política educativa em questão englobar todas as etapas da escolarização.

**Figura 3 - Etapa da escolarização**



**Fonte:** Adaptado de Cóstola, 2021.

Trazidas essas questões, vejamos a seguir quais são esses programas, como apresentam seus objetivos e quais são as instituições envolvidas no seu planejamento e aplicação.

**Tabela I – Programas voltados à BNCC, oferecidos às redes estaduais de educação do sudeste (2013-2019)**

Espírito Santo		
Nome	Objetivo	Instituições envolvidas
Desafio Inova Escola	Fornecer planos voltados para a formação de professores relativos às metodologias ativas e seu uso na prática da BNCC em sala de aula. “A iniciativa disponibilizou uma Trilha Formativa para mais de 4.400 educadores apresentando atividades on-line e in loco para	Pro Futuro; Consed; Undime; Movimento de Inovação na Educação; Fundação Telefônica/Vivo; Unesco; Cenpec; Fundação la caixa

	orientar a construção de um Plano de Inovação para suas escolas” (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA/VIVO, s.d., s.p.).	
Docente Articular (DA) de 2019	Formação que abrange a capacitação de professores para a implementação do currículo e que em 2019 está voltado para as competências socioemocionais e temas integradores presentes na BNCC (SEDU, 2019, s.p.).	Sedu, União Nacional, os Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo (Sinepe-ES)
Formação em Comunidade de Aprendizagem	Programa produz materiais com o intuito de trabalhar as concepções de ensino de leitura na educação infantil definidas pela BNCC, com os princípios da Comunidade de Aprendizagem. “As ações educativas de Êxito é uma proposta de transformação educacional que busca melhorar a aprendizagem e a convivência de todos os estudantes. Baseado nos Princípios da Aprendizagem Dialógica e em um conjunto de Atuações Educativas de Êxito, o projeto leva práticas comprovadamente eficazes para a sala de aula e para a gestão escolar” (SEDU, 2019 <sup>a</sup> , s.p.).	Instituto Natura
Formação em educação profissional	Visa a capacitação de professores, para serem “multiplicadores do currículo” de formação técnica que faz parte dos Itinerários Formativos da Base (SEDU, 2019b, s.p.).	Secretaria de Estado da Educação (Sedu); Itaú BBA
Nas Trilhas do Paes de 2019	O terceiro ciclo de formação tem o objetivo de aprimorar os conhecimentos dos profissionais de educação sobre os conteúdos referenciados pela Base (SEDU, 2019c, s. p.).	Secretaria de Estado da Educação (Sedu); Comunidade Educativa Cedac; Instituto Natura
<b>Minas Gerais</b>		
Cursos de formação sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Curso que “tem como objetivo apresentar o documento aos profissionais da educação, entender as principais demandas das redes e oferecer um panorama de como se dará a frente de formação continuada ao longo do ano” (SEE, 2019, s.p.).	Laboratório de Tecnologia da Informação e Mídias Educacionais (LabTime – UFG); MEC; Instituto Península; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
Frente de Trabalho Consed/Undime de 2019	“O objetivo do evento é promover discussões técnicas entre as equipes estaduais sobre os principais desafios da formação continuada e disseminar boas-práticas e evidências que podem ajudar no atual momento da implementação dos currículos” (SEE, 2019 <sup>a</sup> , s.p.).	Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Fundação Lemann; Movimento Pela Base; Movimento Colabora Educação.
<b>São Paulo</b>		
Cursos de atualização sobre a BNCC	Formação sobre as dez competências gerais da BNCC com o oferecimento de materiais para efetivação do novo currículo. “O curso explica as dez competências gerais da BNCC e traz sugestões de materiais que podem ser usados para apoiar o desenvolvimento dos alunos” (SEDUCSP, 2019).	Nova Escola; Fundação Lemann; Inspirare; Movimento pela Base

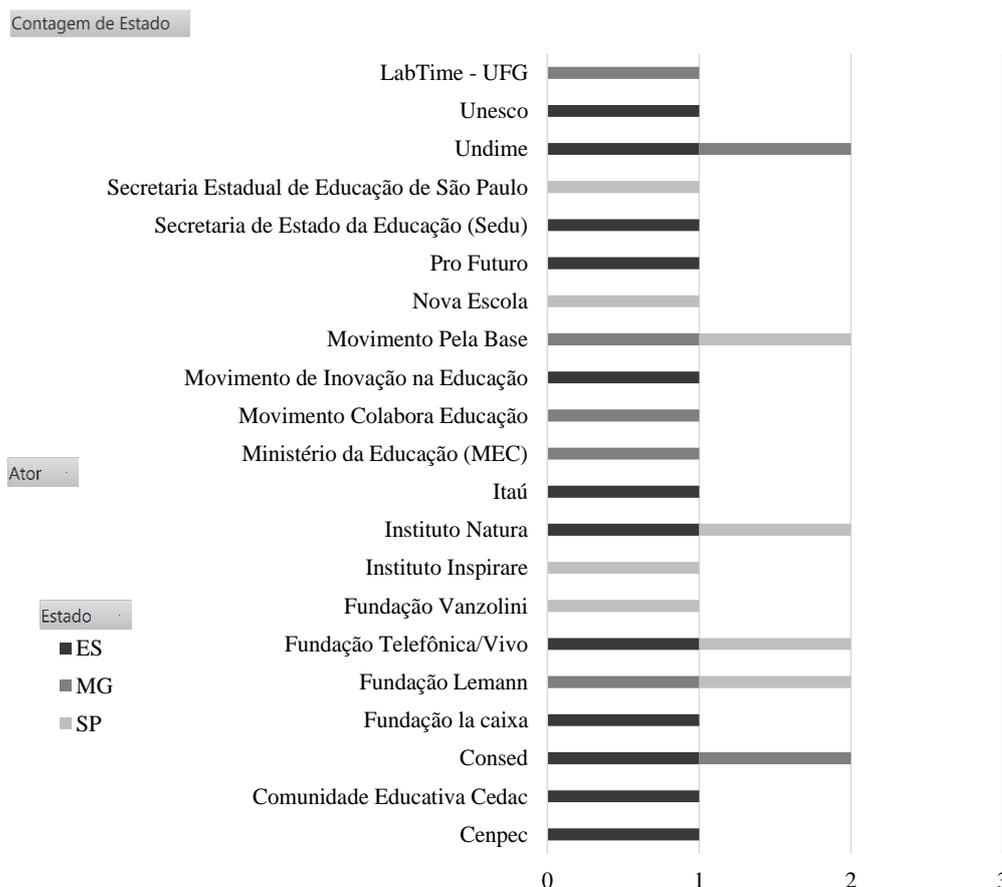
<p>Rede Escola Digital</p>	<p>Plataforma de recursos digitais de aprendizagem para uso de tecnologia em sala, com planos de aula e objetos digitais alinhados à BNCC. “É uma plataforma gratuita de busca que oferece a professores, gestores e redes de ensino mais de 30 mil recursos digitais de aprendizagem, que proporcionam interatividade, dinamismo e inovação às práticas pedagógicas!” (ESCOLA DIGITAL, s.d., s.p.).</p>	<p>Instituto Inspirare; Instituto Natura; Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; Fundação Lemann; Fundação Telefônica/Vivo; Fundação Vanzolini</p>
<p>Rio de Janeiro<sup>8</sup></p>		

**Fonte:** Adaptado de Cóstola, 2021.

Podemos observar que os programas possuem objetivos com focos variados, entretanto, como já vimos, a maioria destes são voltados para formação de professores, com cursos com temas como “competências socioemocionais”; “temas integradores”; “metodologias ativas” e “itinerários formativos” da Base; com intuito de difundir o “uso de tecnologias” em sala de aula; indo também no sentido do fornecimento de materiais – físicos e digitais – como “planos de aula com objetivos digitais alinhados à Base”; matérias para “atender as dez competências” da Base; para dar suporte a práticas pedagógicas mais “dinâmicas”, “interativas” e “inovadoras”. Esses são os objetivos que, em resumo, se voltam para formar os professores e gestores para implementar a BNCC nas escolas, utilizando-se de termos muito difundidos pelos atores do Movimento.

<sup>8</sup> O estado do Rio de Janeiro não apresentou nenhum programa no qual seu objetivo seja diretamente atuar com relação à Base. Isso não significa que não há incidência do setor privado como nos outros estados, apenas simboliza que partindo da metodologia utilizada, essas informações não foram encontradas.

**Figura 4** - Atores envolvidos com programas voltados para a Base no Sudeste.



Fonte: Adaptado de Cóstola, 2021.

Além do apresentado, os dados nos proporcionam uma gama de atores envolvidos com os programas citados, na figura 4 vemos estes pela quantidade de vezes que surgiram na investigação, através do oferecimento de programas de algum modo ligados à BNCC. Nessa figura indicamos cada estado em uma escala diferente de cinza, para possibilitar localizar onde cada ator tem incidido.

Podemos identificar que a maioria desses atores aparecem atuando em apenas um programa por vez, além disso, vemos surgirem atores públicos como a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e do Espírito Santo, o Ministério da Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), estes dois últimos sendo os atores públicos com maior incidência no oferecimento de programas às instituições públicas estaduais. Essa informação não seria tão relevante se isolada, visto que estamos nos referindo à organizações consideradas públicas atuando em instituições escolares de responsabilidade do Estado. Entretanto, todos os programas considerados para análise, possuem algum tipo de interferência, apoio ou financiamento de algum outro ator privado, o que simboliza que mesmo um

programa de cunho público, oferecido por um ator público, tem sido perpassado por atores privados (CÓSTOLA, 2021).

E desse modo, a UNDIME e CONSED, estão sendo instigadas por debates que trazem ‘metodologias ativas’, práticas educacionais ‘inovadoras’ e valores oriundos do ambiente privado. Seus nomes são difundidos na divulgação e nos materiais fornecidos por esses programas, que tem parceria com importantes e estratégicos atores do setor privado. Essa questão já foi levantada anteriormente por Cóstola (2018) e Cóstola e Borghi (2018) em suas pesquisas, onde as autoras apontam essas ações como estratégias usadas por esse segmento do setor privado para produzir “um tipo de confiabilidade”, se associando à instituições governamentais e criando informações e documentos “como se fossem produzidos pelas mesmas pessoas/instituições” (CÓSTOLA, BORGHI, 2018, p. 1321). Essas estratégias borram os limites entre o público e o privado ao ponto de não sabermos mais quem produziu qual documento ou programa, parecendo transformar de certa forma, o público e o privado em equivalentes, quando sabemos, na verdade, que estes são incompatíveis.

[O público e o privado] são esferas de natureza, pressupostos, referenciais constitutivos e interesses muito distintos, até mesmo incompatíveis, donde ser esdrúxula a tentativa de se forjar espaços ou dimensões de intersecção onde se encontrariam, de forma convergente e como se fossem idênticos, os interesses públicos [da coletividade] e privados [do mercado] (SOUZA, 2021, p. 227).

## Considerações

A partir da pesquisa podemos verificar que os programas atuam no sentido da implementação da Base, por meio, precipuamente, do oferecimento de cursos de formação docente e levantando temáticas para compor os conteúdos presentes nos projetos pedagógicos das redes públicas estaduais de educação. Mas, vemos que o carro chefe dos programas identificados pelo mapeamento, são os cursos voltados para capacitação de professores. Entendemos que esse foco tem se consolidado nas últimas décadas como um amplo e diversificado mercado formativo dirigido aos professores, conforme Souza e Sarti (2013) bem apontam em seus estudos.

Em linhas gerais, o argumento da incompetência propõe que a qualidade do ensino é baixa porque a formação docente, especialmente a formação inicial, é pobre e insuficiente. Decorre daí a incompetência do professor em lidar com seus alunos, especialmente os mais pobres. Para resolver a situação propõe-se o investimento em programas de formação continuada, entendidos como recurso para sanar as deficiências da formação inicial docente. Parafraseando Arroyo (2003), a formação docente é eleita como elemento estratégico para sanar todos os problemas escolares (SOUZA, SARTI, 2013, p. 605).

Desse modo, a formação docente, guiada pelo mercado formativo que tem a lógica gerencialista “de sucesso” como vertente de ação, é posta em jogo para aprender com esses

programas como atingir as metas de qualidade educacional agora impostas pela BNCC. Ademais, outro ponto a se considerar, é o que simboliza a adesão por parte do Estado desses programas que são perpassados por atores privados para serem aplicados nas escolas públicas, essa aprovação por parte do setor público, traz a confirmação da incapacidade da administração pública em atender as demandas populares/coletivas, corroborando a ideia de que a estrutura administrativa não tem a competência necessária para tal, “[...] o fato principal está no que simbolicamente representa a iniciativa do próprio governo estadual em recorrer a uma OS do setor privado na busca de alternativas para demandas específicas da área educacional” (SOUZA, 2021, p. 247-248).

Finalmente, apontamos que um Movimento que constrói a demanda, agora oferece os insumos necessários para sua aplicação. Os atores do Movimento pela Base se uniram e se articularam enquanto grupo para materializar suas solicitações, criando consensos sobre a necessidade de certas políticas e oferecendo os meios necessários para sua implementação. O processo privatizador que tem afetado as novas políticas educacionais, impossibilita uma implementação que parta dos princípios e práticas pedagógicas do corpo docente e dos gestores de cada instituição de diferentes contextos. Essa interferência em algo ainda nem consolidado e apreendido pelos profissionais da educação, precisa ser barrada dentro dos ambientes públicos, para que nas especificidades de cada localidade e instituições de ensino, se possam construir currículos significativos, buscando uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos. Com a intervenção incisiva do setor privado, que possui concepções muito claras de educação e sociedade, é necessário que nós educadoras e educadores também iluminemos nossas concepções de ensino, democracia e sociedade justa e equitativa. Só assim, conseguiremos de fato disputar a educação pública.

## Referências

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, 3, n. 4, jan./jun. 2009. 107-116. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/105/294>>.

ADRIÃO, T.; et al. Mapeamento da inserção do setor privados nas redes públicas estaduais de educação 2005-15, 2018. **Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional**, 2021. Disponível em: <[https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento\\_da\\_insercao\\_do\\_setor\\_privado\\_nas\\_redes\\_estaduais\\_de\\_educacao\\_2005\\_2015](https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015)>.

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

AVELAR, M.; BALL, S. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, Elsevier, 2017, 64. 65-73.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J.; JUNEMANN, C. **Networks, new governance and education**. 1ª. ed. Bristol University Press: Policy Press, 2012.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A 'nova' filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. [ **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Liber Livro. ed. Brasília: [s.n.], 2013.

BAUER, A. Do direito à educação à noção de quase-mercado: tensões na política de educação básica brasileira. **RBPAE** – v.24, n.3, p. 557-575, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19272>>.

BERNARDI, L. M. B.; UCZAK, L. H.; ROSSI, A. J. R. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. **Currículo sem Fronteiras**, 18, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/bernardi-uczak-rossi.pdf>>.

BORGHI, R. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica. In: ADRIÃO, T. E. A. **Privatização da educação brasileira**: inserção de atores privados nas redes estaduais de ensino. [S.l.]: [s.n.], 2018.

CAETANO, M. R. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Rev. Textura**, 22, n. 50, abr./jun. 2020. 36-53. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>>.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1 - A era da Informação: Economia, Sociedade, 2011.

CÓSSIO, M. F.; SCHERER, S. S. Governança e redes políticas educacionais: um estudo sobre o estado do Rio Grande do Sul – RS. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, 21, n. 13, set./dez. 2018. 137-149. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/download/45417/pdf/>>.

CÓSTOLA, A. **Os reformadores empresariais e as políticas educacionais**: análise da influência do Movimento Todos pela Base Nacional Comum no processo de construção da BNCC. Trabalho de conclusão de curso. ed. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2018.

CÓSTOLA, A. **“Onde tem base, tem movimento” empresarial**: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, v. Dissertação de mestrado, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/215523>>.

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, 22, n. esp3, 2018. 1313-1324.

ESCOLA DIGITAL. Sobre nós. **Escola Digital**, s.d. Disponível em: <<https://escoladigital.org.br/pagina/sobre-nos>>. Acesso em: março 2021.

Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-19, e-20364.040, 2022. Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, 33, n. 119, 2012. 379-404. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>>.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA/VIVO. Desafio inova escola. **Fundação telefônica vivo**. Disponível em: <<https://fundacaotelefonicavivo.org.br/desafioinovaescola/>>. Acesso em: abril 2021.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HYPOLITO, A. M. BNCC, Agenda Global E Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, 13, n. 25, jan./mai. 2019. 187-201. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995/pdf>>.

MOVIMENTO PELA BASE. Quem somos. **Movimento pela Base**, s.d. Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 2021.

PERBONI, F.; MILITÃO, A. N.; DI GIORGI, C. Manifestações do “quase-mercado” nas avaliações externas e em larga escala. **UFSM, Rev. Educação**, Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34678>>.

PERONI, V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação RBPAE**, 35, n. 1, jan./abr. 2019. 35 - 56. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/93094/52791>>.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escola americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SEDU - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ES. SEDU, 2019. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/inscicoes-para-formacao-de-implementacao-do-curriculo-vao-ate-esta-segunda-15>>. Acesso em: março 2021.

SEDU - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ES. SEDU, 2019a. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/profissionais-da-educacao-participam-de-formacao-junto-ao-instituto-natura-em-recife>>.

SEDU - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ES. SEDU, 2019b. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-capacita-educadores-para-implantacao-do-curriculo-de-formacao-tecnica>>.

SEDU - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ES. SEDU, 2019c. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/professores-participam-do-3o-ciclo-da-formacao-nas-trilhas-do-paes>>.

SEDUC - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - SP. **SEDUC SP**, 2019. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/professor-confira-cursos-gratuitos-para-aprimorar-o-planejamento-de-aula/>>.

SEE - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - MG. SEE - MG, 2019. Disponível em: <<https://sremetropa.educacao.mg.gov.br/home/noticias/225-capacitacao-de-educadores>>.

SEE - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - MG. SEE - MG, 2019a. Disponível em:

Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-19, e-20364.040, 2022. Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>

<<https://www2.educacao.mg.gov.br/leis/story/10430-representantes-da-see-participam-de-encontro-que-discute-a-formacao-continuada-para-os-novos-curriculos>>. Acesso em: abr. 2021.

SILVA, P. K.; OLIVEN, R. G. Filantropocapitalismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. **Revista Mana**, 26, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/Hg6X3JkGHTtwmgzTJwmQv8Q/?lang=pt>>.

SOUZA, A. L. L. Sergipe: onde a busca por eficiência nas políticas governamentais com base em parcerias público-privadas tem revelado sua ineficácia social. In: VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.;

GARCIA, T. (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SOUZA, D. T. R. S.; SARTI, F. M. **Mercado de formação docente**: constituição e funcionamento. Anais II Encontro Luso-Brasileiro sobre o Trabalho Docente e Formação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (Red ESTRADO): [s.n.]. 2013.

Recebido em: 26 de abril de 2022.

Versão corrigida recebida em: 11 de julho de 2022.

Aceito em: 11 de julho de 2022.

Publicado online em: 10 de setembro de 2022.

